

GESTÃO SOCIAL E EXCLUSÃO: O PARADOXO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, VIÁVEL, SOCIAL E AMBIENTALMENTE SUSTENTÁVEL

Elizabeth de Melo RICO*

INTRODUÇÃO

Este artigo tem por objetivo contextualizar a Gestão Social como um processo em construção referente às ações públicas que dizem respeito ao equacionamento das necessidades e direitos dos cidadãos. O tema pobreza por considerarmos um indicador essencial à problemática da exclusão é abordado, acompanhado de dados estatísticos face à necessidade da compreensão dos vários fatores que permeiam essa temática no nosso país; que associadas às alterações ocorridas nas relações de trabalho, derivadas do processo da globalização, agudizaram a exclusão social. Como poderá ser observado serão contempladas questões relativas ao mercado de trabalho e formas de inserção devido à intrínseca relação com a centralidade da temática. Por compreender que a concepção de Gestão Social adotada

^{*)} Dra. Em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; professora e pesquisadora em Gestão Social e Pesquisa Social da Faculdade de Serviço Social da PUCSP e integrante do NEATS - Núcleo de Estudos Avançados do Terceiro Setor do Programa de Pós Graduação em Administração da PUCSP.

que permeia este artigo destaca que qualquer programa, projeto, seja privado, público, governamental, não governamental, assistencial, deva ter por meta atingir os direitos sociais do cidadão, procedemos a uma reflexão na perspectiva do desenvolvimento econômico, viável, social e ambientalmente sustentável.

I. A GLOBALIZAÇÃO E O MUNDO DO TRABALHO

A globalização econômica¹, a transição política e o amplo e radical desenvolvimento da tecnologia criaram algumas das mudanças mais radicais já registradas neste planeta. Essas transformações, contraditoriamente, geraram um aumento de oportunidades para uma parcela significativa de cidadãos, mas por outro lado, influenciaram no crescimento desordenado da pobreza e da desigualdade, na insegurança econômica, no deslocamento social e na degradação ambiental para outros. A obtenção do crescimento econômico nesse novo mundo, sem abandonar as metas de redução da pobreza, da coesão social e da sustentabilidade ambiental, tornaram-se o principal desafio para quase todos governos, neste início de século.

Uma das principais conseqüências da globalização foi uma alteração profunda nas relações de trabalho, de tal forma que cada vez mais o trabalho não se concretiza em mercadorias (se distancia do seu valor de uso). Sem dúvida, esta questão já é suficiente para entendermos como se torna difícil o homem se apropriar do seu espaço. O homem se

(1) O processo de globalização da economia é fundamentado na internacionalização dos meios produtivos com ênfase na integração dos mercados, influenciando diretamente nas questões relacionadas ao mundo do trabalho. Segundo Ianni (1995: 47) "a globalização "intensificou" e "generalizou" o processo de dispersão geográfica da produção ou das forças produtivas, compreendendo o capital, a tecnologia, a força de trabalho, a divisão do trabalho social, o planejamento e o mercado. A nova divisão internacional do trabalho, e da produção, envolvendo o fordismo, o neofordismo, o toyotismo, a flexibilização e a terceirização, foi amplamente agilizada com base nas técnicas eletrônicas de tal forma que essa nova divisão internacional do trabalho concretiza a globalização do capitalismo, em termos geográficos e históricos".

afasta da possibilidade de relações totalizantes no seu próprio território. Tudo se acelera e se superficializa dada à incapacidade de concentração. A consciência depende cada vez mais de um sem número de informações que nos ultrapassam, ou não nos atinge, de modo que escapam às possibilidades tão numerosas e concretas de uso ou de ação. Temos dificuldade de absorver novas experiências, de reter o que acontece conosco. Recorre-se ao computador e, até a máquina de calcular, para evitar o menor esforço cerebral. Hoje cada vez sabemos menos da natureza que nos cerca. Nos últimos 40 anos temos sido norteados por um sem número de objetos, serviços, que superam toda a produção anterior da humanidade. Porém, essa nossa dependência com relação aos aparelhos eletrônicos e à memória artificial é um convite à manipulação. Mais que o próprio desenvolvimento tecnológico, a velocidade em que o mesmo ocorre, é um elemento que favorece a alienação².

Essas questões tem agravado sobremaneira o nível de pobreza, desigualdade e exclusão sociais³, gerando situações de violência, desemprego, insegurança, colocando em risco a estabilidade da vida no planeta.

⁽²⁾ Segundo Canclini (1995) "A globalização supõe uma interação funcional de atividades econômicas e culturais dispersas, de bens e serviços gerados por um sistema com muitos centros no qual importa mais a **velocidade de percorrer o mundo** (grifos nossos) que as posições geográficas nas quais se atua. A globalização faz com que as pessoas consumam, não tanto para suprir o que lhes falta, mas, porque o que compram tornou-se desejável, embora possa ter curta duração e/ou se torna obsoleto: é a cultura do efêmero e descartável, que o é justamente para alimentar o fluxo e as leis do mercado globalizado. Assim,, temos uma cultura submetida a valores que dinamizam o mercado, com o consumo incessantemente renovado pela surpresa, o entretenimento e o supérfluo (além das facilidades que beneficiam as populações em geral)".

⁽³⁾ Importante esclarecer que o avanço tecnológico considerado em si mesmo não pode ser compreendido como uma variável que acelera a pobreza, a desigualdade e a exclusão sociais, mas, que associado ao processo de Globalização da economia e internacionalização do capital teve como consequência uma alteração das relações de trabalho que culminaram principalmente com a eliminação e precarização dos postos de trabalho (desemprego e subemprego).

O Relatório do Desenvolvimento Humano – 2002, na sua Introdução observa: “Este Relatório do Desenvolvimento Humano é, antes e acima de tudo, a respeito da idéia de que a política é tão importante para o desenvolvimento bem – sucedido quanto a economia. A redução sustentada da pobreza requer, crescimento equitativo – mas requer também que os pobres tenham poder político” (Rossi, 2002:A11).

Tabela I. Ranking da Concentração de Renda



Índice de Gini	
1º Serra Leoa	0,629
2º Reop. Centro-Africana	0,613
3º Suazilândia	0,609
4º Brasil	0,607
5º Nicarágua	0,603
6º África do Sul	0,593
7º Paraguai	0,577
8º Colômbia	0,571
9º Chile	0,566
10º Honduras	0,563
11º Guiné-Bissau	0,562
12º Lesoto	0,560
13º Guatemala	0,558
14º Burkina Fasso	0,551
15º México	0,531
16º Zâmbia	0,526
17º El Salvador	0,522
18º Papua Nova Guiné	0,509
19º Nigéria	0,506
20º Mali	0,505
21º Níger	0,505
22º Gâmbia	0,502
23º Zimbábue	0,501

Índice de Gini; indicador internacional que varia de zero a 1; quanto mais alto o índice, maior a concentração de renda.

O Relatório refere-se à questão de que o desenvolvimento econômico de uma nação não necessariamente implica o seu desenvolvimento social e distribuição de renda equitativa. O Brasil é um exemplo. Nossa concentração de renda é uma das quatro maiores do mundo conforme dados anteriormente citados (v. Tabela I). No Brasil, 54 milhões de pessoas ou 32,1% da população vivem com menos de meio salário mínimo per capita por mês, segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e do Fundo de População das Nações Unidas (Folha de São Paulo 04/12/2002 :C6).

A situação torna-se mais dramática ao levarmos em consideração as diferenças regionais: no sudeste, 18% da população vive com até $\frac{1}{2}$ salário mínimo de rendimento familiar per capita, enquanto no nordeste essa porcentagem chega a 51%.

Tabela II. Rendimentos médio dos mais ricos e mais pobres no Brasil, per capita por mês.

<p>40% mais pobres  R\$150</p>	<p>→ Cerca de 3 bilhões de pessoas - quase metade da população mundial – vivem com menos de U\$ 2 por dia no mundo</p> <p>→ No Brasil, 54 milhões de pessoas (32% da população) vivem com menos de meio salário mínimo por mês*</p>
<p>10% mais ricos  R\$2.745</p>	<p>→ A queda na taxa de fecundidade no Brasil de 1972 a 1994 teve um efeito de crescimento de 0,7% do PIB per capita por ano, segundo a ONU</p>

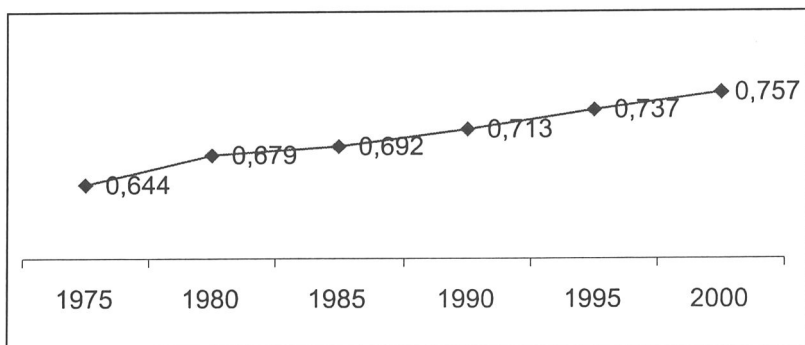
(*) Incluindo nesse grupo 5 milhões de brasileiros que declararam ao IBGE não Ter rendimento Fonte: IBGE e Relatório de 2002 do Fundo de População das Nações Unidas.

Os dados do Relatório de Desenvolvimento Humano de 2002, mostram que desacelerou o crescimento do IDH⁴ (Índice de Desenvolvimento Humano) brasileiro nos últimos 5 anos. No período do Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2000), o crescimento do IDH foi de 2,7% nos cinco anos. Entre 1990-1995, havia crescido 3,4% no período. Nos cinco anos anteriores havia aumentado 3%. (SUWWAN, 24/07/2002 : A11).

A melhoria do poder de compra da renda per capita do país fez com que o Brasil passasse do 75º lugar para o 73º no ranking mundial de desenvolvimento humano, de acordo com o Relatório de Desenvolvimento Humano de 2002.

O IDH brasileiro que em 1999 era 0,753 passou para 0,757 em 2000, (v. Gráfico I) mantendo-se num patamar médio de desenvolvimento humano, porém abaixo da média da América Latina e Caribe.

Gráfico I. Evolução do IDH no Brasil.



⁽⁴⁾ O IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) é um indicador elaborado pela ONU que mede a qualidade de vida das pessoas em vários países. No Relatório de 2002, são 173 países. O IDH se baseia no fato de que o desenvolvimento de uma nação não pode ser medido levando em conta apenas a dimensão econômica. Além de computar o PIB "per capita" (em US\$) o IDH incorpora dois outros indicadores de qualidade de vida, a saúde e a educação, que possuem o mesmo peso no cálculo do índice.

A melhoria do IDH brasileiro não esconde, como já apontávamos acima, um dos grandes problemas nacionais: a concentração de renda. É possível observar na Tabela II, que 40% da população mais pobre possui uma renda média mensal per capita de R\$ 150,00 enquanto que os 10% da população mais rica possui rendimento de R\$ 2.745,00.

Em reportagem publicada pela Revista Veja, (23/01/2002) “O Paradoxo da Miséria”, apresentam-se dados obtidos de pesquisas que demonstram a nossa trágica situação de desigualdade: **O Brasil é o mais rico entre os países com maior número de pessoas miseráveis.** É o que se pode observar na Tabela III.

Tabela III. Por que o Brasil é um caso único a miséria espanta em qualquer lugar do mundo, mas no caso brasileiro é moralmente inaceitável porque o país é rico.

III Países com a mesma faixa de renda per capita do Brasil, entre 3500 e 6000 dólares, possuem uma taxa de pobreza muito menor que a nossa	Brasil	34%
	Costa Rica	19%
	México	15%
	Chile	15%
	Malásia	7%
	Bulgária	4%
Países com taxa de pobreza semelhante à do Brasil, entre 28% e 34%, estão numa faixa de renda per capita muito menor que a nossa	Brasil	4300 dólares
	Panamá	2800 dólares
	Botsuana	2400 dólares
	República Dominicana	1600 dólares
	Mauritânia	800 dólares
	Guiné	700 dólares

Fonte: Ipea, com base nos dados do relatório do Pnud de 1999.

A questão é paradoxal. Apesar da economia brasileira se situar entre as dez maiores do mundo, apresenta uma renda per capita de US\$ 4.300, chegando a atrair no ano de 2000 investimentos estrangeiros da ordem de 30 bilhões de dólares, possui 54 milhões de pessoas que vivem com menos de meio salário mínimo per capita mensal, conforme demonstrado na Tabela II.

Segundo Rocha (2001), a persistência da pobreza absoluta no Brasil está vinculada à desigualdade na distribuição do rendimento. Embora, a redução da pobreza absoluta dependa do crescimento da renda como da melhoria distributiva, este último componente assume um papel estratégico por algumas razões.

A primeira delas refere-se ao modelo político econômico que é concentrador de riquezas. Uma vez que inexistem oportunidades "naturais" do crescimento econômico para a totalidade da população, ou seja, quando surgem possibilidades de aumento de renda, estas direcionam-se para aqueles que já superaram os níveis de pobreza. O que fica claro é que se não houver uma opção política do poder público, não só para evitar o agravamento mas, também para promover a diminuição da desigualdade de renda, continuará persistindo a incidência da pobreza absoluta no país. (Rocha, 2001).

Outra explicação, embora paradoxal, é que nunca se gastou tanto dinheiro na área social. Os governos municipais, estaduais e federal arrecadam na forma de impostos, taxas e contribuições equivalente a 34% do PIB. De cada 10 reais, 6 são investidos na área social com prioridade para a saúde, educação, criança e adolescente, idosos e miseráveis. Mas, os indicadores sociais não revertem. Observemos as tabelas a seguir.

Nas Tabelas IV e V é possível relacionar pobreza e baixo nível de escolaridade, muito embora, a pobreza, sendo um fenômeno complexo está relacionada a uma variedade de situações.

Tabela IV. Progresso Pela Educação: - Quanto maior o nível educacional do país, maior será também a escolaridade média do filho. Isso mostra a importância de investir nessa área como forma de reduzir as taxas de pobreza.

NÍVEL EDUCACIONAL DO PAI	QUANTOS ANOS OS FILHOS ESTUDAM, EM MÉDIA
Nunca frequentou a escola	3
Elementar incompleto	6
Elementar completo	8
1º grau incompleto	9
1º grau completo	11
2º grau incompleto	11
2º grau completo	12
Superior incompleto	12
Superior completo	13
Mestrado ou doutorado	14

Fonte: sociólogo José Pastore.

Tabela V. Prioridade para as crianças: - Os menores de idade representam quase a metade do universo de miseráveis brasileiros. Daí por que é importante priorizar os programas sociais para os jovens.

IDADE	PARCELA DENTRO DO UNIVERSO DE MISERÁVEIS
Até 15 anos	45%
De 16 a 25 anos	17%
De 26 a 35 anos	14%
De 36 a 45 anos	11%
De 46 a 60 anos	8%
Acima de 61 anos	3%
Idade ignorada	2%

Fonte: Fundação Getúlio Vargas.

A Tabela IV demonstra que quanto maior o nível educacional do pai, será também a escolaridade média do filho, sendo que, pode-se igualmente observar, que quanto menor o nível educacional do pai, será também a escolaridade média do filho. Além disso, tomando-se por base características freqüentes entre “os chefes de famílias pobres verificou-se que o baixo nível educacional - definido como menos de quatro anos de escolaridade - era a variável que estava associada a maior probabilidade de o indivíduo e sua família serem pobres”. (Rocha, 2001:80)

Em relação ao gasto social, que inclui previdência, saúde, educação, o mesmo equivale a 20% do PIB brasileiro, o que demonstra que a persistência da pobreza não está vinculada à insuficiência do gasto público mas, sim à priorização e focalização nos mais pobres, garantindo eficiência nas medidas de combate à pobreza buscando o rompimento do círculo vicioso da mesma.

II. O MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL

Na Introdução deste artigo, mencionamos a necessidade da abordagem de questões acerca da inserção dos indivíduos no mercado de trabalho diante do cenário globalizado.

Em tempos de economias abertas, voltadas à competição internacional, vem crescendo a demanda por uma força de trabalho mais qualificada, que apresente prontidão capaz de enfrentar situações múltiplas e variadas. Não é sem razão que há uma tendência do empresariado investir nos seus recursos humanos, na área educacional, a médio, e longo prazo o que poderá lhe permitir a possibilidade de buscar no mercado de trabalho o profissional que apresente o perfil que atenda às exigências da competitividade: engajamento social, liderança, dedicação, flexibilidade, capacidade de trabalho, iniciativa e firmeza de caráter, além de uma boa formação acadêmica, experiência profissional, capacitação em informática e conhecimento de idiomas.

Segundo Dowbor (2001), há uma tendência que já se tornou evidente no plano internacional. O avanço social não significa necessariamente destinar uma parcela maior de recursos para os setores implícitos (saúde, educação, habitação, lazer, cultura, informação, esporte). O social constitui-se, também, em uma dimensão, uma atividade, uma forma de realizar indústria, uma forma de pensar o desenvolvimento urbano, uma forma de organizar o comércio enfim, uma forma econômica de realizar negócios. O social é um setor da economia.

O que há de novo é que as áreas sociais emergiram nos últimos anos. As situações sociais são extremamente diferenciadas e complexas exigindo respostas ágeis e flexíveis. A gestão do social exige um novo olhar, um novo estilo de administrar pois o social é uma imensa área em termos econômicos, prioritária em termos políticos e suas referências organizacionais, estão por serem elaboradas à luz de novos paradigmas.

Para demonstrar a complexidade da questão social, basta destacar a situação do Brasil em relação ao mercado de trabalho.

O Brasil vive atualmente a mais grave crise de emprego da sua história. Segundo dados do IBGE, o desemprego no mês de abril/2002 teve a maior alta desde maio de 2000, o que fez com que a taxa de desemprego chegasse a 7,6% da PEA (População Economicamente Ativa), sendo que naquele período ficou em 7,8% (maio/2000).

De acordo com a Pesquisa Mensal de Emprego (IBGE) em dezembro/2000 foi o último mês em que a renda média do trabalhador teve alta. "Os rendimentos continuam caindo porque há um contingente grande de trabalhadores desempregados. Com uma taxa de desemprego de 7,6% (abril 2002) os empregadores não vão oferecer salários maiores" (Monteiro, 25/5/2002 : B1).

Fernandes (28/5/2002) acrescenta que segundo à Fundação Seade/Dieese, a taxa de desemprego da região metropolitana de São Paulo bateu recorde histórico em abril/2002: 20,4% da PEA (População Economicamente Ativa), o que significa 1,904 milhão de pessoas. Até

então a taxa mais alta de desemprego era a de 20,3% registrada em abril e em maio de 1999. O que ocorre é que a taxa de desemprego está diretamente relacionada ao percentual * da PEA, que ingressa mensalmente no mercado de trabalho. Essa deterioração da situação de emprego é determinada pela dificuldade da retomada do crescimento econômico no Brasil.

Segundo Yacoub (2001), os componentes da atual desestruturação do mercado de trabalho são:

- a) Desemprego - envolve em maior ou menor grau todos os segmentos sociais, inclusive trabalhadores de maior escolaridade, em todas as regiões do país.

Entre 1990/1997, 11,9 milhões de pessoas ingressaram no mercado de trabalho; destas apenas 7,9 milhões (2/3) encontraram emprego, sendo que 4 milhões (1/3) foram consideradas desempregadas de acordo com dados da Fundação IBGE.

- b) Regressão dos postos de trabalho formais (Dessalariamento) - nos anos 90, a cada 10 postos de trabalho criados, somente 2 eram assalariados, porém sem registro formal. Segundo estimativas do Ministério do Trabalho, 3 milhões de vagas assalariadas com registro, em todos os setores econômicos foram extintas nos anos 90. (Yacoub, 2001).
- c) Processo de destruição de postos de trabalho de melhor qualidade e perfil das ocupações profissionais - a maior parte das vagas que surgem no mercado de trabalho não são assalariadas e sim ocupações sem remuneração e/ou por conta própria.

Sem dúvida, estamos vivenciando uma situação de precarização das relações de trabalho. Todavia, esclareço que há divergências conceituais sobre essa questão. Principalmente no sentido de se rever a concepção de trabalho formal e informal e novas alternativas produtivas.

As tendências recentes da Gestão Social nos obrigam a repensar formas de organização social, a redefinir a relação entre o político, o econômico e o social, a estabelecer processos de parceria entre os setores público e o privado, o governamental e o não governamental e o estatal, destacando como um dos eixos renovadores, o chamado desenvolvimento local, como alternativa ao desemprego, à exclusão e à questão social como um todo.

Em relação às formas de geração de emprego e renda e conseqüentemente às novas alternativas produtivas e/ou de emprego, considerando que somos um país que possui 30,7% da população com uma renda mensal per capita de um salário mínimo, é preciso avaliar profundamente a questão social e as políticas públicas que as envolvem. Todavia, algumas experiências tem sido realizadas e merecem atenção:

- Economia solidária - é um modo de organizar atividades econômicas de produção, consumo e poupança/crédito através da criação de redes de cooperativas que trocam produtos entre si mediante crédito mútuo, recebendo assessoria de Universidades e órgãos estatais, incluindo formas de financiamento, orientação técnica, legal e contábil. Para que seja viável, deve envolver uma forte mobilização e organização da sociedade civil em grandes comunidades produtoras e mudanças no plano político estatal, com a eleição de governos federais, estaduais e municipais comprometidos com a implementação da justiça social e o combate ao desemprego (Singer, 2002).
- Terceiro Setor⁵ – embora extremamente diversificado, conceitualmente apresentando um leque de variadas concepções, podemos assinalar que as organizações do

⁽⁵⁾ Para um maior detalhamento deste conceito consultar Rico, 2001, p. 109-118.

Terceiro Setor, tendem a apresentar: “autonomia em relação ao aparelho formal do Estado (todavia exercem uma atividade complementar em relação às Políticas Públicas e Sociais Governamentais), portanto voltadas ao atendimento de propósitos públicos; capacidade de estabelecerem parceria com o Estado na gestão de políticas públicas e políticas sociais; uma rede de organizações privadas autônomas não voltadas à distribuição de lucros para acionistas ou diretores; capacidade de articularem iniciativas múltiplas; uso do trabalho voluntário e/ou do trabalho cooperativo; capacidade de estabelecerem redes locais, nacionais e/ou internacionais; incorporação do debate em relação às temáticas da democracia, cidadania e participação na perspectiva do desenvolvimento sustentável” (Rico, 2001: 111). Atualmente, de acordo com projeções estatísticas o Terceiro Setor chega a empregar 2% da população economicamente ativa no Brasil.

- Programa de Garantia de Renda Mínima- O PGRM é compreendido como um substitutivo dos serviços sociais, fundamentado na redistribuição da riqueza, vinculando a idéia de renda mínima à inserção dos cidadãos no mundo do trabalho. Todavia, as experiências realizadas exigem avaliações que verifiquem se o PGRM se coloca como uma alternativa ao trabalho.
- Orçamento Participativo - Implementado por algumas Prefeituras, vem sendo considerado uma forma de distribuição dos recursos do município e participação da população em projetos que envolvam geração de emprego e renda.

III. COMO GARANTIR O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTALMENTE SUSTENTÁVEL PARA O BRASIL?

Considerando a especificidade do projeto neoliberal de desenvolvimento político – econômico – social instaurado no Brasil, entendemos que cabe ao Estado prover os mínimos sociais, em outras palavras, é da sua competência assegurar as Políticas Públicas e Sociais fundamentais, quais sejam, Assistência Social, Educação, Saúde, Habitação, Trabalho, Previdência. Este fato não o impede de se articular com outros setores da sociedade (empresas, organizações da sociedade civil, organizações do Terceiro Setor, universidades, dentre outros), mediante a realização de parcerias.

Segundo Dowbor (2002), atividades como educação, cultura, saúde, esporte e segurança, devem ser diretamente administradas pelo Estado pois quando são privatizadas tendem a encarecer, tornarem-se ineficientes e elitistas. Entende que o **social** necessita de gestão descentralizada, participativa, predominantemente comunitária com forte participação da sociedade civil, enquanto que o estado deve ter presença reguladora e as empresas um papel subsidiário de apoio através das parcerias.

As Nações Unidas definem claramente o objetivo dos povos do planeta: um desenvolvimento economicamente viável, socialmente justo e sustentável do ponto de vista ambiental. Este objetivo é responsabilidade do Estado, das empresas, da sociedade civil e do que se convencionou chamar Terceiro Setor.

A Gestão Social exige políticas descentralizadas. É no nível do município, da comunidade, que a área pública e as organizações da sociedade civil podem se aproximar. No Brasil, os municípios tem acesso a 17% dos recursos públicos, enquanto na Suécia a cifra correspondente é de 72%. Ainda estamos construindo o contexto jurídico e institucional que irá permitir uma gestão social eficiente e a construção sistemática de parcerias.

O desenvolvimento social exige formas participativas de atuação, por meio de representantes da administração municipal, setores mais significativos da sociedade civil, empresa, sindicato, universidades. Tais atores, poderiam, gradualmente, trazer respostas integradas aos principais desafios como a pobreza, a exclusão, o desemprego, a segurança dentre outros.

O conceito de sustentabilidade (Costa, 2002) envolve uma interconexão entre várias comunidades capazes de articular um novo modelo de educação integrado ao meio ambiente, nos níveis nacional, estadual e local, compromissado com o desenvolvimento local integrado, que tenha como referencia o desenvolvimento econômico e social. Destaca-se a importância da educação, que se não for compreendida e assumida de forma clara e articulada, poderá relativizar e mesmo inviabilizar os esforços empreendidos em relação ao alcance do desenvolvimento sustentável, que abrange um conjunto variado de atuações.

Se considerarmos que a questão ambiental não pode ser reduzida apenas à programas educativos que trabalhem pedagogicamente a postura do indivíduo diante do meio onde está inserido, torna-se prioritário o empenho dos gestores públicos na definição de políticas e dos empreendedores privados que possam incentivar desde aspectos que envolvam a geração de empregos, como o turismo⁶, como também a possibilidade de envolvimento e desenvolvimento das comunidades onde está presente. Nesse sentido o ecoturismo, torna-se muito mais que um simples filão de negócios pois embute a possibilidade do desenvolvimento econômico e social.

A Gestão Social exige, portanto, soluções negociadas que permitirão maximizar o interesse social, econômico e ambiental

⁽⁶⁾ "Hoje, no Brasil, cerca de 2,1 milhões de estabelecimentos turísticos empregam aproximadamente 25 milhões de pessoas, de acordo com dados do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE" (ICS, 2002 : 3).

entre os diversos atores econômicos e sociais interessados. "A cultura dos consensos está dando os primeiros passos no Brasil" (Dowbor, 2002).

IV. EM BUSCA DE UMA GESTÃO SOCIAL PARTICIPATIVA

Neste artigo adotamos uma concepção de Gestão Social Participativa que tem como filosofia, a exigência de que o trabalho em rede, horizontal, descentralizado, cooperativo é um caminho eficiente para o fortalecimento da sociedade como um todo. Seus projetos buscam alcançar objetivos relacionados à promoção da cidadania, à diminuição das desigualdades sociais, à melhoria da qualidade de vida da população - usuária. Utiliza-se de instrumentos e ferramentas como meio para a participação democrática do cidadão no desenvolvimento da sua comunidade e igualmente para o seu próprio crescimento individual, principalmente através da formação da consciência a partir do acesso a informação.

Para se trabalhar com a Gestão Social Participativa, é necessário uma rede, que tem como princípio a participação globalizada com agentes, serviços, mercadorias, organizações governamentais ou não governamentais, movimentos sociais, comunidades locais, regionais, nacionais e mundiais, ou seja, os meios de ação não são centralizados, favorecendo que determinada instituição possa manter relações com vários sujeitos, com acesso a várias informações de modo rápido e facilitada, não havendo espaço para organizações autônomas e isoladas, onde alianças estratégicas e parcerias são exigências para a sobrevivência das organizações.

O significado de rede para a Gestão Social Participativa é fundamental, pois é através dela que se tem um resultado significativo, na construção e evolução do projeto dentro da instituição ou programa com a participação de vários profissionais, agentes, organizações, etc.

Ouseja, a proposta de uma Gestão Social, envolve negociação e participação de usuários e demais interlocutores nas decisões e ações políticas, garantindo que o gasto social seja efetivo, através de padrões de eficiência, visando buscar resultados objetivos do programa mas eficiente em seus propósitos, devendo ser como uma âncora, que sustenta e estabiliza o amplo fluxo das ações públicas locais.

Um exemplo desse tipo de gestão e suas propostas são mostradas no estudo feito por Guará (1998) in "Gestão Municipal dos Serviços de Atenção a Criança e ao Adolescente", onde procura responder a dois desafios, sendo o primeiro implementar um projeto articulado e integrado que tenha como resultados o desenvolvimento e a proteção da criança e do adolescente e o segundo é como fazer esta gestão no âmbito municipal, tendo como exemplo as políticas sociais básicas e a sua inter-relação na municipalização como: educação, saúde, esporte, cultura, assistência social, etc.

Um outro exemplo dessa modalidade de Gestão Social, pode ser observada por meio dos Programas de Orçamentos Participativo na administração pública e as iniciativas de auto gestão - na esfera empresarial.

No Rio Grande do Sul, (Rets, 2001) ambas experiências começam a fazer parte da tradição. Segundo a Coordenadora do Gabinete de Relações Comunitárias do Rio Grande do Sul, Iria Charão, o que o orçamento participativo traz de novidade é ser, de fato, uma forma ativa de atuação na gestão, que não se limita ao direcionamento ou à fiscalização dos recursos. "Com a participação no orçamento, as pessoas se sentem estimuladas a proporem novos projetos também", diz. No RS, a experiência já entra no terceiro ano em esfera estadual, e comemora o crescimento da presença da população nas assembléias públicas que elegeram as prioridades para o orçamento de 2002.

Diante do cenário apresentado neste artigo que segmenta a sociedade em ricos e pobres, detentores de renda e sem renda, incluídos e excluídos, e considerando as experiências bem sucedidas acima relatadas, o desafio que se impõe, em termos de Gestão Social

é a construção de uma transição, minimamente viável em termos políticos, econômicos e sociais, em direção ao paradoxo de se atingir o desenvolvimento econômico, viável, social e ambientalmente sustentável.

BIBLIOGRAFIA

- CANCLINI, Néstor Garcia – *Consumidores Y Ciudadanos: Conflictos Multiculturales de la Globalización*. México: Grijalbo 1995.
- CARVALHO, Maria do Carmo B. – *Gestão Social: Alguns apontamentos para o Debate*, *Gestão Social: uma questão em debate/ Rico, Elizabeth e Raichelis, Raquel (orgs.)*. São Paulo: EDUC; IEE, 1999.
- CENSO 2000 - *Censo 2000* - Folha de São Paulo, Caderno Especial - Censo 2000/IBGE - São Paulo: Folha de São Paulo, 09/05/2002.
- DOWBOR, Ladislau, *Gestão Social e Transformação da Sociedade - Economia Social no Brasil/orgs. Ladislau Dowbor, Samuel Kilsztajn* - São Paulo: Editora Senac São Paulo, p. 17 - 41, 2001
- _____. *Três Setores precisam se articular para uma Nova Ordem Social* - Rede GIFE on line (Grupo de Institutos, Fundações e Empresa), São Paulo, nº 450, 18/02/2002
- FERNANDES, Fátima. *Economia patina e desemprego é recorde* - Folha de São Paulo - Caderno Dinheiro, p.B1, São Paulo: Folha de São Paulo, 28/05/2002.
- FOLHA DE SÃO PAULO – *54 milhões vivem com meio salário mínimo*. Caderno Cotidiano, p. C6, São Paulo; Folha de São Paulo, 04/12/2002.
- GUARÁ, Isa M. Ferreira do Rosa ... et al. - *Gestão Municipal dos Serviços de Atenção à Criança e ao Adolescente*. - São Paulo IEE/ PUCSP; Brasília: Secretaria de Assistência Social/MPAS, 1998
- INSTITUTO Souza Cruz (ISC) – *Revista Marco Social – Educação para o Turismo*. Edição nº 4. Rio de Janeiro: ISC, julho 2002.

- IANNI, Octavio - *A Internacionalização do Capital. Teorias da Globalização*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1995
- MENDONÇA, Ricardo - *O Paradoxo da Miséria* - Revista Veja - Especial – p. 82 – 93. São Paulo: Editora Abril, edição 1735, ano 35 - nº 3 - 23/01/2002.
- MONTEIRO, Ricardo Rego. *Renda do Trabalho cai pelo 15º mês seguido*. Folha de São Paulo – Caderno Dinheiro, p. B1, São Paulo: Folha de São Paulo, 25/05/2002.
- PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – *Relatório sobre o Desenvolvimento Humano 2002*. ONU, 2002.
- RETS - *Orçamento Participativo e Auto-Gestão* - Exclusivo - Rets (Revista do Terceiro Setor) - www.rits.org.br - 2001.
- RICO, Elizabeth de Melo - *Filantropia Empresarial e a Gestão de Projetos Sociais*; São Paulo, 2001. 159p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Programa de Estudos de Pós Graduação em Ciências Sociais. PUCSP (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo), 2001.
- _____ . e Raichelis, Raquel (Orgs.) - *Gestão Social: uma questão em debate* - São Paulo: Educ: IEE, 1999.
- _____ . *A Filantropia Empresarial e sua Inserção no Terceiro Setor* - Caderno de Administração, nº 3, p. 137 - 159, (2000) - Publicação do Departamento de Administração - FEA/PUC-SP. São Paulo: EDUC, 2000.
- ROCHA, Sonia - *Alguns Consensos sobre a questão da pobreza no Brasil* - Economia Social no Brasil/orgs. Ladislau Dowbor, Samuel Kilsztajn. - São Paulo: Editora Senac São Paulo, p. 71 - 88, 2001.
- ROSSI, Clovis – *Relatório – 2002 é apelo por maior democracia* – Folha de São Paulo. Caderno Brasil. P. A11. São Paulo: Folha de São Paulo, 24/07/2002.

- SINGER, Paul. *A Economia solidária é uma forma eficaz de combate à pobreza*. In Rede Gife on line (Grupo de Institutos, Fundações e Empresas), São Paulo, no. 451, 28/01/2002.
- SUWWAN, Leila – *Crescimento do IDH desacelerou*. Folha de São Paulo. Caderno Brasil, p. A.11. São Paulo: Folha de São Paulo, 24/07/2002.
- YACOUN, Leila Baumgratz Delgado - *Trabalho: Muitos são os que precisam, mas poucos são os eleitos*-Revistas Libertas, Universidade Federal de Juíz de Fora, Faculdade de Serviço Social, p. 85 - 103, v.1, n.1, jan./jun...2001. Juíz de Fora: Ed. UFJF, 2001.

